

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

Prezado(a) Pregoeiro(a), a Vitória S.C. Ltda, declara intenção de recurso contra a decisão de V.Sa. na qual aceita/habilita a empresa MORENO E MARTINHAGO LTDA, para o item 8 deste certame, pois o EPI ofertado não atende ao TR, não oferecem qtd de lavagens exigida, mais detalhes na peça recursal. Em atenção ao princípio da publicidade e ao Acórdão 5847/18 do TCU que dispõe sobre a impossibilidade rejeição sumária de intenção de recursos, pedimos deferimento. Att. VSC

Fechar

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº806/2022

OBJETO: Aquisição de botas, luvas, conjunto herbicida, protetor auricular, Respirador facial completo e óculos de proteção, para os agentes de endemias dos municípios e estado conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e distribuição de equipamentos de proteção individual (EPI's) para os agentes de combate a endemias que trabalham nos setores de controle vetorial dos municípios.

VITÓRIA SERVIÇO E COMÉRCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 37.760.066/0001-90, com sede na Av João XXIII, 787 – Boa Vista - CEP: 29.931-225 - São Mateus - ES, neste ato representada pelo Sr. Peterson Assis Moraes, portador da carteira de identidade nº MG14894240, expedida pela SSPMG, devidamente inscrito no CPF sob o nº 119.816.926-57, vem, tempestivamente, com o devido acata a presença de Vossa Senhoria para apresentar suas RAZÕES DE RECURSO, pelos fatos e fundamentos a seguir demonstrados:

I – DA ADMISSIBILIDADE E DA TEMPESTIVIDADE:

A empresa ora Recorrente apresentou intenção de recurso tempestivamente, motivo pelo qual foi concedido por este D. Pregoeiro o prazo para apresentação das razões de recurso até o dia 27 de janeiro de 2022 às 23:59.

II – DAS RAZÕES

A Superintendência Estadual de Licitações, tornou pública a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico através do Edital 806/2022, com critério de julgamento menor preço por item, objetivando a aquisição de botas, luvas, conjunto herbicida, protetor auricular, Respirador facial completo e óculos de proteção, para os agentes de endemias dos municípios e estado conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e distribuição de equipamentos de proteção individual (EPI's) para os agentes de combate a endemias que trabalham nos setores de controle vetorial dos municípios

A sessão teve seu início às 09:30h do dia 17 de janeiro de 2023, sendo disputados 15

(quinze) itens, sendo que neste recurso trataremos do item 8 a seguir exposto, tendo em vista que embora existam descrições no Termo de Referência do edital que são consideradas requisitos indispensáveis para a aquisição dos produtos, restou declarada como vencedora a empresa MORENO E MARTINHAGO LTDA oferecendo produtos que não atendem integralmente todas as especificações editalícias abaixo:

Conjunto aplicação de Herbicida - Seguindo as seguintes recomendações: em tecido misto 50% algodão, 50% poliéster estruturado para maior resistência a lavagens, ativado por banho químico para proteção de hidropelância, composto de Blusa raglan, costuras reforçadas, ajuste na cintura por meio de cordões, calça tipo pijama com reforço no gavião, reforço em PVC até os joelhos; Boné tipo Árabe com saia de 30cm ajuste por velcro. Durabilidade: 67 lavadas.

Inferese aqui que em todos os itens supracitados, a empresa ora Recorrente apresentou o produto exatamente como o solicitado no Edital, cumprindo todas as exigências do Termo de Referência, uma por uma.

No entanto, foi declarado como vencedora do certame a empresa MORENO E MARTINHAGO LTDA, ainda que a mesma tenha apresentado produto diverso às descrições editalícias, motivo pelo qual a Recorrente se aprofundou na pesquisa que será demonstrada para que Vossa Senhoria possa vislumbrar que o resultado do certame não merece prosperar.

O produto apresentado pela Recorrida foi o conjunto AGR 300 (CA 17.917), que não atende o Edital em um importante requisito:

1 – DURABILIDADE: 67 LAVADAS.

De acordo com o sítio eletrônico do fabricante através de link (<https://www.sayro.com.br/conjunto-para-aplicac-o-de-agrotoxicos-sayro-agr300>) "a vestimenta "AGR 300" é aprovada para uso em um ciclo de 33 lavagens". Tal informação também se encontra no CA informado pela Recorrida. Ou seja, a aprovação consiste em menos da metade do exigido pela Administração Pública, o que diminui em mais de 50% (cinquenta por cento) a durabilidade do conjunto.

Ora, hipoteticamente, se o conjunto for usado todos os dias após a sua aquisição, ele terá duração de apenas 33 (trinta e três) dias, enquanto àquele almejado pelo Governo de Rondônia deveria durar no mínimo 67 (sessenta e sete) dias.

Neste caso, a aquisição deste produto ensejará em dois possíveis riscos à Administração Pública:

1º: Caso a Administração opte por utilizar o conjunto conforme sua necessidade inicial demonstrada no Termo de Referência, ou seja, 67 (sessenta e sete) vezes, estará colocando em risco os trabalhadores que vierem a utilizar o conjunto após a trigésima lavagem.

2º: Caso a Administração opte por seguir a quantidade máxima de utilizações/lavagens permitidas pelo fabricante, estará desperdiçando recursos públicos, tendo em vista que a Recorrida não chegou nem perto de estar em um valor 50% (cinquenta por cento) menor do que os próximos colocados. Ou seja, para atingir a eficácia esperada, o Governo terá que realizar 2 (duas) aquisições deste mesmo produto, o que não faz o menor sentido, sendo que houveram propostas que se enquadram dentro do Termo de Referência.

É importante ressaltar também que o Edital de Licitação em sua cláusula 10.1.5 previa como critério de classificação a apresentação de prospecto para comprovação e aferição das especificações técnicas e caracterização dos produtos, veja:

"10.1.5.PROSPECTO/FOLDER/CATÁLOGO/ENCARTES/FOLHETOS TÉCNICOS EM PORTUGUÊS OU LINKS OFICIAIS QUE O DISPONIBILIZEM, onde constem as especificações técnicas e a caracterização dos mesmos, permitindo a

consistente avaliação dos itens.”

No entanto, além de confirmar que o produto é inferior ao exigido no Termo de Referência (suporta apenas 33 lavagens), o prospecto não é capaz de confirmar alguns outros requisitos, motivo pelo qual consideram-se inexistentes, quais sejam:

- a. tecido misto 50% algodão, 50% poliéster estruturado para maior resistência a lavagens
- b. costuras reforçadas
- c. calça tipo pijama com reforço no gavião, reforço em PVC até os joelhos

A ficha técnica apresentada pela Recorrida não é dotada da informação sobre a composição do tecido, bem como de que a calça possui reforço no gavião e, embora afirme que a mesma possui reforço até os joelhos, não apresenta qual é o material do referido reforço. Estas lacunas contrariam a cláusula 10.1.5 do Edital que exige a comprovação de adequação do produto através de documento.

Na verdade, o contrário ocorreu, houve a confirmação de que o produto não é adequado através de simples análise do documento, que garante o uso do mesmo por apenas 33 (trinta) vezes.

Como se não bastasse a inobservância de todos os requisitos supracitados, o produto ofertado pela Recorrida também não está de acordo com o seguinte requisito:

- a. Boné tipo Árabe com saia de 30cm ajuste por velcro

De acordo com o sítio eletrônico da fabricante, cujo link se encontra no presente recurso, o boné árabe não possui ajuste por velcro, uma vez que o mesmo é costurado, ou seja, não há como se falar no ajuste do mesmo.

Foram apontadas no presente recurso não só uma, como diversas inadequações do produto ao Termo de Referência, o que configura grave violação aos princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório, o que jamais pode ocorrer.

Frisa-se aqui que não se trata de uma simples aquisição de um produto qualquer, mas de Equipamentos de Proteção Individual o aceite de produto diverso/inferior aceite irá trazer RISCO DE SAÚDE aos trabalhadores que serão expostos a condições perigosas e insalubres com o equipamento de proteção individual errado simplesmente por um descuido que pode ser evitado com a procedência do presente recurso.

O Equipamento de Proteção Individual - EPI é todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado a proteção contra riscos capazes de ameaçar a sua segurança e a sua saúde. O uso deste tipo de equipamento só deverá ser feito quando não for possível tomar medidas que permitam eliminar os riscos do ambiente em que se desenvolve a atividade, ou seja, quando as medidas de proteção coletiva não forem viáveis, eficientes e suficientes para a atenuação dos riscos e não oferecerem completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho e/ou de doenças profissionais e do trabalho, ou seja, devem ser utilizados os equipamentos especificados para manutenção da segurança do trabalhador e a utilização de equipamento diverso pode inclusive ensejar no risco à saúde e a vida do trabalhador.

Neste caso, o Governo de Rondônia como empregador possui o dever de preservar e zelar pela saúde e integridade física do trabalhador, tendo em vista a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho, princípios elevados a direitos fundamentais pela Constituição Federal de 1988, não sendo admitida a compra de EPIs – Equipamentos de Proteção Individual diversos dos estipulados pela própria demandante.

Importante analisarmos além da cláusula 10.1.5 também a cláusula 7.1 que dispõe que as especificações técnicas deverão ser consideradas como parâmetros mínimos de desempenho:

7.1. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.
(...)

As cláusulas supra não deixam espaço para discussões de que as propostas devem estar em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital. Neste caso, restou demonstrado que a Recorrida elaborou proposta com produtos que não atendem as necessidades e as exigências do órgão e sequer apresentou ficha técnica capaz de comprovar minimamente as adequações.

Caso seja declarada como vencedora do presente certame a empresa Recorrida, será lesada a Administração, acreditando estar adquirindo um determinado produto, quando na verdade está adquirindo um inferior. E ainda, serão lesados os trabalhadores que irão ficar expostos a situações de risco, situações que podem ser evitadas com a simples procedência do presente recurso.

Seria possível que a Recorrente também lograsse vencedora caso ousasse apresentar produto inferior ao desejado pela Administração, no entanto, trata-se de procedimento administrativo sério, que deve ser tratado por todos os licitantes com responsabilidade, visando nunca lesar a Administração e consequentemente o interesse público por ela defendido. Sendo assim, nunca foi sequer cogitado pela Recorrente oferecer produto inferior ou diferente do especificado pela própria Administração Pública.

Na oportunidade, infere-se que o Termo de Referência do presente Edital foi extremamente bem elaborado, motivo pelo qual a Recorrente se preocupou em oferecer produtos que o atendessem na íntegra, tendo em vista que acreditou a Recorrente que a criteriosa especificação técnica seria considerada no momento de julgamento das propostas. ORA, SE EXISTEM EXIGÊNCIAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ELAS NÃO PODEM SER RELATIVIZADAS.

Salienta-se que não é conhecido pelos fornecedores o ambiente em que um determinado EPI será utilizado, por isso é obrigatório a oferta produtos iguais aos exigidos no Termo de Referência ou de qualidade superior, uma vez seria irresponsabilidade oferecer qualquer produto inferior ao exigido.

E ainda, Sr. Pregoeiro, a declaração da Recorrida como vencedora certamente iria ferir um dos princípios norteadores dos processos licitatórios, qual seja, o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, disposto no Art. 3º da Lei 8.666 de 1993:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da

moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório também pode ser observado no Art. 41 da mesma lei supra. Veja-se:

Art. 41. A administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Conclui-se, pois, que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congênere.

Caso não haja a observância aos ditames desses preceitos relevantes, a validade do processo de licitação fica comprometida, tornando-o vulnerável à sua desconstituição por razões de juridicidade pela autoridade administrativa ou judicial competente.

Ou seja, após terem sido estabelecidas as exigências do edital, apenas as propostas que a elas se adequem por completo podem ser classificadas, apreciadas e terem a chance de se sagrar vencedoras, tendo em vista que o edital é a lei interna da licitação.

Sendo assim, apenas as propostas de menor preço que estejam adequadas às exigências e especificações técnicas editalícias é que merecem apreciação no certame com vistas a concorrerem à vitória no mesmo.

Há de se ressaltar que esta aceitação configura também ferimento ao Princípio da Isonomia, tendo em vista que a comissão de licitação deverá dispensar tratamento igualitário a todos os concorrentes, sendo vedadas preferências, distinções e consequentemente a aceitação de produtos diversos ao exigido nos termos do Edital.

De acordo com o Princípio da Legalidade, cabe a Administração Pública agir segundo a lei, só podendo fazer aquilo que a lei expressamente autoriza e no silêncio da lei está proibido de agir. Sendo assim, ressaltamos que não existe previsão legal que permite à Administração Pública desconsiderar o Termo de Referência por ela mesma elaborado. Ou seja, a Administração está vinculada ao disposto no edital.

V – DOS REQUERIMENTOS

Por todo o exposto, a empresa ora Recorrente vem requerer:

- 1) que sejam conhecidas as presentes Razões de Recurso e declaradas totalmente procedentes;
- 2) seja declarada nula ou revogada a decisão que houve por bem declarar a empresa MORENO E MARTINHAGO LTDA como vencedora do item 8 do presente certame, sob a alegação de que seu produto não atende as exigências do Edital;
- 3) Caso prospere outro entendimento por parte deste Ilmo. Pregoeiro, requer seja o presente encaminhado à apreciação da autoridade superior do órgão licitante, para que, em última análise, decida sobre seu mérito, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei Federal nº 8666/93.
- 4) Sejam providas, em todos os seus termos, as presentes razões de recurso, e por isso mesmo atendidos os seus pedidos, como forma de imposição e prevalência da lei, da doutrina e dos princípios da moralidade administrativa, a publicidade, a legalidade e a ampla defesa.

Termos em que, pede e espera deferimento.

São Mateus - ES, 27 de janeiro de 2023.
PETERSON ASSIS MORAIS

Fechar